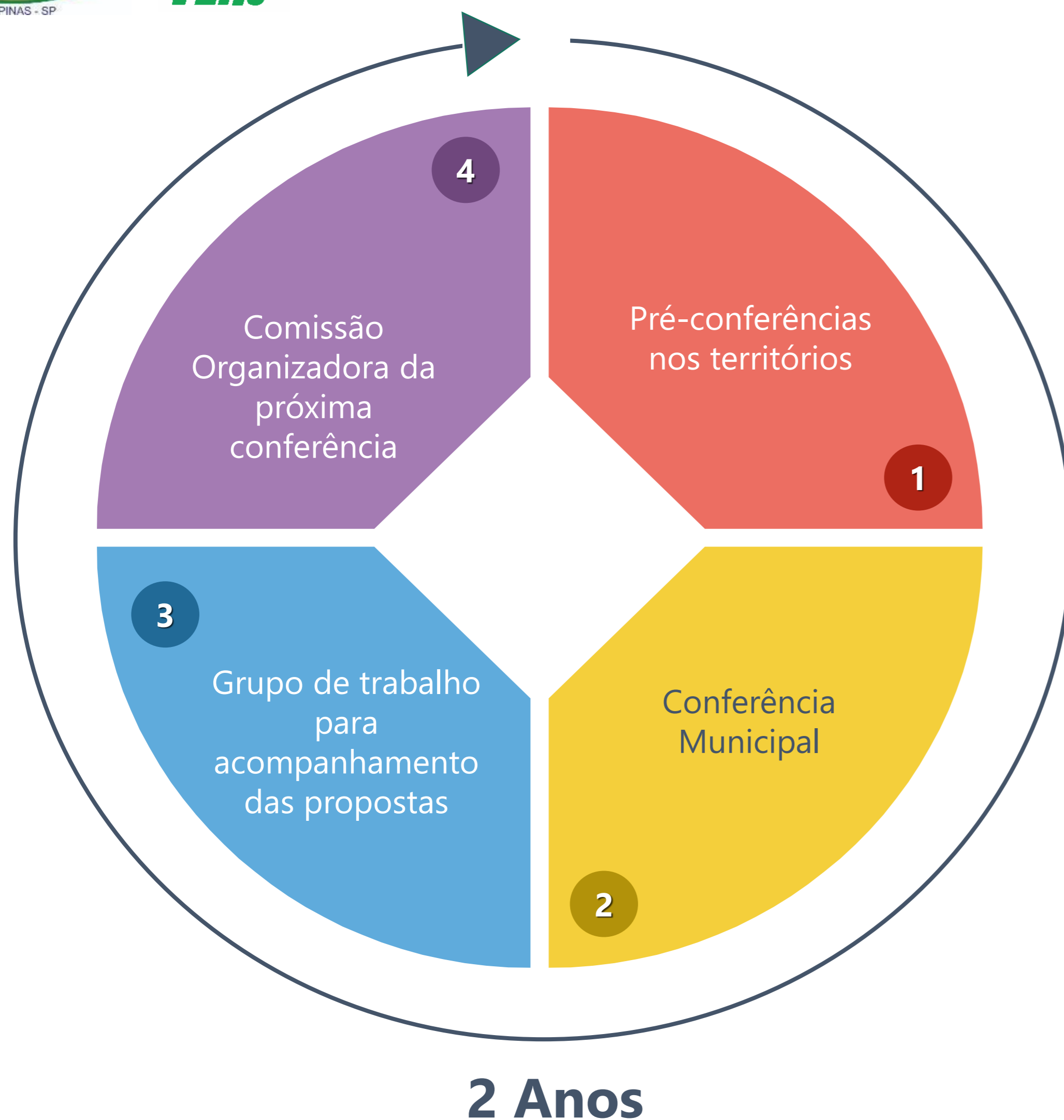




Rodas de Conversa XIII Conferência Municipal de Assistência Social





- 1 O período de 2 anos é demasiado curto para elaborar, implementar, monitorar e demonstrar resultados das propostas que buscam mudanças efetivas em problemas complexos relacionados à vulnerabilidade e risco social.
- 2 O intervalo de 2 anos é impraticável do ponto de vista da inclusão de propostas e recomendações da conferência no orçamento público, o que gera um esvaziamento na percepção de efetividade e controle social da mesma.
- 3 Por consequência, há dificuldade em valorizar o papel do Conselho e a participação popular na construção da política.
- 4 Há oportunidades de melhoria em termos de engajamento e controle social
- 5 A conferência precisa ser entendida como um momento do processo contínuo de aprimoramento da política pública

Portas entradas ao SUAS e atendimentos

2013	<ul style="list-style-type: none">❖ Implantação de mais 5 CRAS em conformidade com o SUAS e para além da NOB RH, além dos 5 previstos no PPA 2014-2017 para cobertura em territórios de vulnerabilidade conforme diagnósticos existentes
2015	<ul style="list-style-type: none">❖ Ampliar e qualificar os serviços da proteção social básica e especial de média e alta complexidade de crianças, jovens adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, adultos e famílias, CRAS e SCFV, bem como a implantação de instituição de longa permanência para idosos, centro dia idoso, centro dia para pessoas com deficiência, serviço de acolhimento para famílias nos territórios com ênfase à população em situação de rua
2017	<ul style="list-style-type: none">❖ Garantir implantação e ampliação de todos serviços da proteção básica, média e alta complexidade(rede socioassistencial) previstos na tipificação, garantindo proteção social a todos os segmentos. De acordo com o diagnóstico dos territórios e com quadro de Recursos Humanos (RH) compatível às necessidades dos serviços, bem como criar os cargos conforme Resolução CNAS nº 017/11, bem como regulamentar a política municipal até 2018❖ Implementar e ampliar os serviços descritos na tipificação nacional para idosos e pessoas com deficiência na proteção básica e especial.

Controle e Participação Social no SUAS

2013

- ❖ Criar fóruns Regionais dos serviços da Política de Assistência Social (Com representatividade dos segmentos usuários e profissionais da rede socioassistencial), que compõe o território de abrangência dos CRAS, objetivando a discussão da gestão e o controle social, que funcione preferencialmente em horário que viabilize/priorize a participação do usuário).

2015

- ❖ Efetivar o Fórum Municipal dos trabalhadores do SUAS, garantindo um espaço de discussão e articulação visando as melhorias das condições de trabalho a partir da realidade vivenciada, como: Alta Rotatividade de Profissionais, poucos recursos para execução dos trabalhos com qualidade, recursos humanos insuficientes, entre outros.
- ❖ Implantação de Fóruns Regionalizados visando a mobilização, informação, potencialização das(os) usuárias(os) e trabalhadoras(es), no prazo de 1 ano após a publicação das deliberações da XI Conferência Municipal da Assistência Social em Diário Oficial.

2017

- ❖ Assegurar a formação de fórum local/assembleias e conselho gestor de usuários e usuárias do SUAS garantindo sua autonomia e participação e publicização dos serviços, bem como, reconhecer como trabalho as ações das trabalhadoras e trabalhadores nessa formação, conforme prevista na Legislação do SUAS (Sistema Único da Assistência Social); e ampliação da participação do/as usuários/as e trabalhadores/as no Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS), sendo sua composição de: 25% usuários, 25% trabalhadores, 25% entidades, 25% poder público.
- ❖ Garantir a implantação e a divulgação de fóruns unificados de usuárias e trabalhadoras nas 5 regiões de Campinas e criar assembleias/conselho gestor nos serviços efetivando a acessibilidade (transporte, horário e espaço para crianças) assegurando a gestão democrática.

Financiamento/ Orçamento do SUAS

2013

- ❖ Ampliar os Recursos da Assistência Social do Município para 7% do Orçamento Anual de forma gradativa até 2016.

2015

- ❖ Aumento da verba Orçamentária Destinada à Assistência Social para a Efetivação desta política pública, qualificando e ampliando os serviços prestados, sendo garantido 7% do orçamento público.
- ❖ Aumento dos Recursos Financeiros para 7% do orçamento municipal para assistência social, garantindo a execução de todos os serviços tipificados.

2017

- ❖ Assegurar que haja destinação orçamentária municipal para a Política de Assistência Social, no percentual mínimo de 10%, descrevendo no Plano Plurianual (PPA) o aumento gradual de 2% ao ano, até atingir 10%.



Nova Proposta

Uma nova Conferência de Assistência Social

**Ampliar a Efetividade da
implementação das propostas
da Conferência Municipal**

**Aumentar o Controle Social da
política através dos Fóruns e
Conselhos Locais**

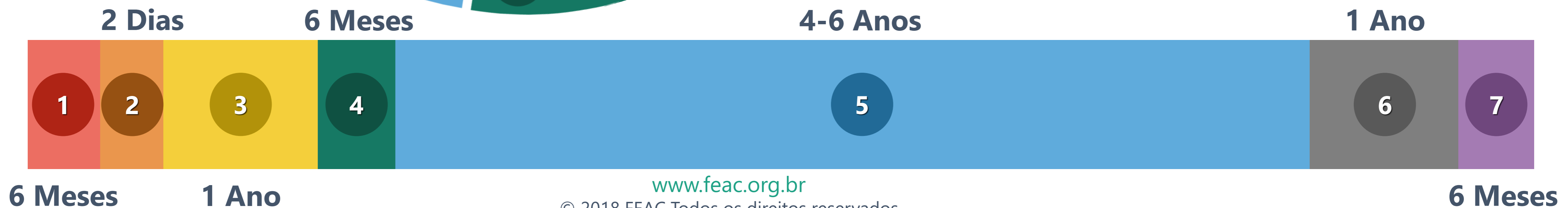


**Garantir a Mobilização e
Participação Social no Processo de
construção da política pública**

**Contribuir para que a política de
assistência social cause uma real
transformação na vida das pessoas**



8-10 Anos





6

Avaliação



Análise crítica dos resultados alcançados pelas metas e do processo da conferência como um todo – Auto - avaliação, Avaliação Externa e Avaliação pelos usuários

7

Preparação do Material para próxima conferência



Incorporação das lições aprendidas e diálogos sobre a preparação para a próxima o próximo processo de conferência



Contribuições